



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RCD no HABEAS CORPUS Nº 637498 - PB (2020/0349286-0)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
REQUERENTE : JOAO MIGUEL BARROS NUNES (PRESO)
ADVOGADO : ADRIANO TADEU DA SILVA - PB011320
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA

DECISÃO

Cuida-se de pedido de reconsideração da decisão proferida às fls. 78-79, na qual indeferi a liminar por ausência de peças essenciais ao exame do feito.

O impetrante junta aos autos cópia da decisão que indeferiu a liminar do *habeas corpus* impetrado na origem.

Passo ao novo exame do *writ*.

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JOÃO MIGUEL BARROS NUNES em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA (HC n. 0816099-23.2020.8.15.0000).

O paciente foi preso em flagrante, em 24/11/2020, pela suposta prática dos delitos de tráfico de entorpecentes e associação para o tráfico, em razão da apreensão de "30 (trinta) porções pequenas de maconha, 30 (trinta) pedras de crack, uma balança de precisão, diversos sacos plásticos, numerário em cédulas diversas e moedas (R\$ 209,20 – duzentos e nove reais e vinte centavos), supostamente, provenientes da venda do entorpecente, além de outros instrumentos indicativos de traficância" (fl. 57). A prisão foi convertida em preventiva em 30/11/2020.

O impetrante sustenta que o paciente não tem nenhuma participação no tráfico de drogas, apenas estava no local e momento da apreensão das drogas.

Alega que o paciente é um jovem de 18 anos, primário, tem bons antecedentes, emprego lícito (auxiliar de serviços no ramo calçadista) e residência fixa.

Aduz que não estão presentes os requisitos autorizadores da prisão preventiva e que o decreto prisional é carente de fundamentação.

Pede a aplicação das medidas cautelares diversas da prisão.

Requer, liminarmente e no mérito, a liberdade do paciente.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM PRISÃO DOMILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO CNJ. COVID-19. GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO. CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA. INOVAÇÃO RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.

[...]

3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, *c*, *c/c* o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente